



Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2022
Com o relatório dos auditores independentes

EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S.A. - EGR

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial ativo	6
Balanço patrimonial passivo	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores da
Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota 1, a Companhia vem colocando em prática o plano original de devolver à iniciativa privada as rodovias sob sua administração, com objetivo de finalizar o processo até o final do exercício de 2026. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes ou ressalvas originadas destas incertezas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de julho de 2023.

Crowe Consult Auditores Independentes
CRC PR002906/O

PAULO SERGIO DA SILVA:6726905297
2

Digitally signed by PAULO
SERGIO DA
SILVA:67269052972
Date: 2023.10.16 16:44:44
-03'00'

Paulo Sergio da Silva
Contador – CRC PR029.121/O-0

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Nota	31/DEZ/22	31/DEZ/21
ATIVO CIRCULANTE		27.459.309,94	60.042.774,20
Disponível	4	16.415.658,41	50.650.823,69
Realizável a curto prazo		11.043.651,53	9.391.950,51
Arrecadação das praças		10.886.914,20	9.238.395,06
Outros valores a receber		156.737,33	153.555,45
ATIVO NÃO CIRCULANTE		130.218.194,14	120.947.237,21
Realizável a longo prazo		53.370.486,25	42.124.093,63
Créditos e valores	6	2.536,23	2.536,23
Impostos a recuperar	5	14.886.279,15	15.418.509,25
Depósitos judiciais	7	38.445.918,10	26.667.295,38
Outros créditos		35.752,77	35.752,77
Imobilizado	8	2.002.963,16	1.958.402,09
Intangível	8	74.844.744,73	76.864.741,49
TOTAL DO ATIVO		157.677.504,08	180.990.011,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Nota	31/DEZ/22	31/DEZ/21
PASSIVO CIRCULANTE		120.417.225,65	106.135.303,17
Fornecedores	9	13.419.926,90	9.517.704,03
Obrigações trabalhistas		1.208.369,26	1.018.478,80
Obrigações fiscais		100.433.555,41	89.458.397,18
Tributos e contribuições federais	10	2.374.844,66	2.399.580,83
Tributos municipais	11	90.460.569,95	79.906.381,02
Outras obrigações a pagar	12	7.597.140,80	7.152.435,33
Outras obrigações		5.158.425,51	5.674.760,17
Provisão para penalidades contratuais		197.948,57	465.962,99
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		28.701.829,23	28.251.753,13
Exigível a longo prazo		28.701.829,23	28.251.753,13
Tributos e contribuições federais	7	26.101.829,23	24.777.109,44
Provisão para contingências	13	2.600.000,00	3.474.643,69
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.558.449,20	46.602.955,11
Capital Social	14.1	43.583.815,59	43.583.815,59
Capital subscrito		44.083.815,59	44.083.815,59
(-) Capital a integralizar		(500.000,00)	(500.000,00)
Reserva de Lucros	14.3	3.019.139,52	3.019.139,52
Prejuízos Acumulados	14.4	(38.044.505,91)	0,00
Resultado do Exercício		(38.044.505,91)	0,00
TOTAL DO PASSIVO		157.677.504,08	180.990.011,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

	Nota	31/DEZ/22	31/DEZ/21
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	217.851.606,14	229.024.161,84
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(229.427.107,90)	(204.778.401,64)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		(11.575.501,76)	24.245.760,20
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		694.000,40	297.151,04
DESPESAS OPERACIONAIS	17	(29.977.034,76)	(66.190.576,21)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(40.858.536,12)	(41.647.664,97)
Receitas financeiras	18	4.638.042,00	1.218.290,65
Despesas financeiras	18	(21.672,88)	(802,24)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		(36.242.167,00)	(40.430.176,56)
Provisão IRPJ		(1.324.719,79)	-
Provisão CSLL		(477.619,12)	-
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(38.044.505,91)	(40.430.176,56)
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO		1,23	1,30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período de 31 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2021

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Reserva Legal	Reserva Ret. Lucros		
Saldo em 31.12.2020	43.583.815,59	3.116.718,02	40.332.598,06	0,00	87.033.131,67
Lucro/Prejuízo líquido exercício	-	-	-	-40.430.176,56	-40.430.176,56
Destinação :					
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Reserva Retenção Lucros	-	-	-40.430.176,56	40.430.176,56	-
Saldo em 31.12.2021	43.583.815,59	3.116.718,02	-97.578,50	0,00	46.602.955,11
Lucro/Prejuízo líquido exercício	-	-	-	-38.044.505,91	-38.044.505,91
Destinação :					
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Reserva Retenção Lucros	-	-	-	38.044.505,91	-
Saldo em 31.12.2022	43.583.815,59	3.116.718,02	-97.578,50	0,00	8.558.449,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR


Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Fluxo de Caixa Operacional	2022	2021
Lucro/Prejuízo Líquido	(38.044.505,91)	(40.430.175,56)
Despesas com Depreciação	509.277,44	602.099,52
Despesas com Amortização	3.316.319,35	4.355.671,08
<u>Aumento/Diminuição do Ativo</u>		
Arrecadação das praças	(1.648.519,14)	(918.130,83)
Valores a receber	(3.181,88)	(15.120,59)
Depósitos Judiciais longo prazo	(11.778.622,72)	(1.765.992,79)
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	532.230,10	39.464,84
<u>Aumento/Diminuição do Passivo</u>		
Obrigações trabalhistas	189.890,46	(112.309,31)
Fornecedores	3.902.222,87	(9.082.777,97)
Obrigações Fiscais	10.529.452,76	9.802.725,60
Outras contas a pagar	(339.643,61)	(94.642,88)
Adiantamento de clientes	0,00	2.309.462,37
Provisões	(874.643,69)	(345.356,31)
Imposto de renda pessoa jurídica longo prazo	1.324.719,79	0,00
Caixa Líquido Atividades Operacionais	(32.385.004,18)	(35.655.082,83)
Fluxo de Caixa Investimentos		
Aquisição/baixa de imobilizado	(553.838,51)	(533.998,37)
Aquisição/baixa de intangível	(1.296.322,59)	32.543.261,60
Caixa Líquido Atividades Investimentos	(1.850.161,10)	32.009.263,23
Fluxo de Caixa Financiamentos		
Caixa Líquido Atividades Financiamentos	0,00	0,00
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(34.235.165,28)	(3.645.819,60)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	50.650.824,69	54.296.644,29
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	16.415.659,41	50.650.824,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações Gerais

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, é uma empresa pública (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual nº 14.033 de 29/06/2012 e vinculada à Secretaria dos Transportes, é regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593 de 19/09/2012. A Companhia tem como objeto social a exploração da infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágios públicos, a exploração da infraestrutura poderá ser realizada em quaisquer rodovias pertencentes ao sistema Rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul diante de outorga do governo do estado. Até 02/2023 a Companhia estava autorizada pelo governo do estado a administrar 12 praças de pedágio – atualmente, por tempo indeterminado, está autorizada a administrar 10 praças de pedágio aplicando seus recursos em 13 rodovias, abrangendo 44 municípios do estado.

 Quilometragem inicial e final, e extensão das rodovias da EGR pelo novos decretos					
Praça	Trecho	Rodovia	Km inicial	Km final	Extensão (km) Decreto
Campo Bom	Entr. BRS-116 (P/ Novo Hamburgo) – Riozinho (Fim TRV-Mun)	ERS-239	13,23	88,77	75,54
Santo Antônio da Patrulha	Entr. BRS-290 (P/ Porto Alegre) - Entr. ERS-239 (Rolante)	ERS-474	0,00	32,64	32,64
Viamão	Entr. ERS-118 (P/ Passo do Fiúza) – Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)	ERS-040	11,00	94,85	83,85
	Entr. ERS-786 (Cidreira) - Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)	ERS-784	0,00	14,75	14,75
Três Coroas	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) - Entr. ERS-235 (Gramado)	ERS-115	0,00	41,97	41,97
	Entr. BRS-116 (P/Caxias do Sul - Início TRV-Mun) - Entr. ERS-115 (Gramado)	ERS-235	0,00	34,64	34,64
Gramado	Entr. ERS-115 (Gramado) – Canela (Fim Trv-Mun)	ERS-235	34,64	42,31	7,67
	Caracol - Entr. ERS-235 (P/ Canela)	ERS-466	0,00	7,22	7,22
	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) – Entr. ERS-020 (A) (Acesso sul à São Francisco de Paula)	ERS-235	42,31	76,32	34,01
São Francisco de Paula	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso Norte à São Francisco de Paula	ERS-020	89,05	95,40	6,35
	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso à Três Coroas	ERS-020	67,18	89,05	21,87
	Entr. RSC-453 (A) (P/ Venâncio Aires) – Entr. ERS-129 (P/ Roca Sales)	ERS-130	69,19	97,27	28,08
Encantado	Entr. ERS-130 (P/ Arroio do Meio) - Entr. ERS-441 (Guaaporé)	ERS-129	67,55	126,83	59,28
Boa Vista do Sul	Entr. BRS-386(B)/ERS-129 (Estrela) – Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	RSC-453	37,97	96,18	58,21
	Entr. BRS-386 (B) (P/ Tabaí) – Entr. RSC-453 (Teutônia)	ERS-128	13,89	30,27	16,38
Cruzeiro do Sul	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/ Santa Cruz do Sul) – Entr. ERS-130 (A) (P/ Cruzeiro do Sul)	RSC-453	0,00	29,83	29,83
Coxilha	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) – Entr. BRS-153 (A) (P/ Erechim)	ERS-135	0,00	78,33	78,33
Total					630,62

Conforme o plano de concessões do Estado do Rio grande do Sul todas as rodovias que estão sob a administração da EGR devem ser entregues para a iniciativa privada no formato de concessões. Em fevereiro de 2023 foram entregues para a iniciativa privada os trechos das rodovias RSC-240 e RSC-122 que abrangem as praças de Flores da Cunha e Portão, todos os ativos referentes a estas praças como equipamentos e mobiliário foram redistribuídos para as outras praças, os ativos intangíveis referentes a estas praças foram baixados e figurarão nas Demonstrações Financeiras de 2023.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são preparadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Receita de pedágio – As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio pré e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de rendimento de aplicações financeiras – Os rendimentos referentes às aplicações financeiras (SIAC – Sistema de Integrado de Administração de Caixa) são registrados como receita financeira, apropriadas mensalmente, sempre calculadas até o encerramento do mês.

3.2 Regime de Contabilização

As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência.

3.3 Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.

3.4 Impostos

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região em decisão de 1º grau no processo nº 5019554-33.2014.404.7100/RS, na data de 12/07/2018, reconheceu a aplicação da imunidade recíproca em relação ao IRPJ à EGR, contudo, a decisão foi recentemente revertida no TRF/4 e está pendente de recurso.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia possui apenas aplicações financeiras no SIAC que registra mensalmente o seu rendimento. A Companhia não possui nenhum outro instrumento financeiro ou contratos de financiando.

3.6 Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7 Ativos intangíveis

A Companhia possui registrado como ativos intangíveis obras realizadas na malha rodoviária e direitos de uso de softwares, ambos registrados ao custo de aquisição deduzidos da amortização.

3.8 Impairment

A Companhia realiza a revisão anual e na revisão do exercício de 2022 não se constatou necessidade de registrar provisão.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.10 Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração pode fazer uso de estimativas para realizar os registros contábeis, caso seja necessário fazer uso de estimativas estas são reconhecidas no exercício e revisadas periodicamente.

3.11 Gestão de riscos

Os riscos relacionados a possíveis problemas associados a estrutura das rodovias são monitorados por meio de visitas periódicas realizadas por engenheiros e empresas contratadas.

Na sua operação a Companhia tem um pequeno risco de inadimplência que está relacionado diretamente a violação dos pedágios, atualmente a violação representa 0,05% da receita bruta.

4. Disponível

Os saldos do disponível estão assim distribuídos.

	<u>31/DEZ/22</u>	<u>31/DEZ/21</u>
Numerário em Caixa	27,76	1.000,00
Banco Conta Corrente	227.648,04	667.905,26
Aplicações	16.187.982,61	49.981.918,43
Total	16.415.658,41	50.650.823,69

5. Impostos a Recuperar

Os saldos de impostos a recuperar do exercício de 2022 estão assim distribuídos.

	31/DEZ/22	31/DEZ/21
IRRF a Recuperar	17.564,29	17.564,29
INSS a Recuperar	129.963,45	-
ISSQN a Recuperar	2.941,82	2.941,82
CSLL a Recuperar	3.181.423,43	3.843.616,98
IRPJ a Recuperar	11.554.386,16	11.554.386,16
Total	14.886.279,15	15.418.509,25

6. Créditos e Valores

Os valores registrados como Valores Rejeitados Indevidamente representam valores registrados no sistema de arrecadação e não pagos pela gestora de pagamentos eletrônicos, Estes valores estão em cobrança judicial nos processos judiciais que tramitam na 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre nº 9043277-21.2018.8.21.0001 e na 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre nº 9012817-51.2018.8.21.0001. No exercício de 2019 foram constituídas provisões para possíveis perdas desses processos.

	31/DEZ/22	31/DEZ/21
Valores Rejeitados Indevidamente	11.048.423,55	11.048.423,55
Provisão para Perda	(11.048.423,55)	(11.048.423,55)
Despesas Reembolsáveis	2.536,23	2.536,23
Total	2.536,23	2.536,23

7. Depósitos Judiciais

A Companhia, através de ação ordinária nº 5019554-33.2014.404.7100/RS está discutindo a imunidade do IRPJ e está efetuando os pagamentos mensais via depósitos judiciais, em conta designada pela justiça. Para evidenciar os valores depositados, efetuou-se o registro no realizável a longo prazo e correspondente obrigação no exigível a longo prazo.

ATIVO

	31/DEZ/22	31/DEZ/21
DJ – Imposto de Renda 2014	3.761.739,60	3.761.739,60
DJ – Imposto de Renda 2015	2.858.073,31	2.858.073,31
DJ – Imposto de Renda 2016	4.091.265,01	4.091.265,01
DJ – Imposto de Renda 2017	1.424.921,18	1.424.921,18
DJ – Imposto de Renda 2018	5.166.265,08	5.166.265,08
DJ – Imposto de Renda 2019	4.376.659,35	4.376.659,35
DJ – Imposto de Renda 2020	3.098.185,91	3.098.185,91
DJ – Imposto de Renda 2022	1.324.719,79	-
Outros Depósitos	12.344.088,87	1.890.185,94
Total	38.445.918,10	26.667.295,38

PASSIVO

	31/DEZ/22	31/DEZ/21
DJ – Imposto de Renda 2014	3.761.739,60	3.761.739,60
DJ – Imposto de Renda 2015	2.858.073,31	2.858.073,31
DJ – Imposto de Renda 2016	4.091.265,01	4.091.265,01
DJ – Imposto de Renda 2017	1.424.921,18	1.424.921,18
DJ – Imposto de Renda 2018	5.166.265,08	5.166.265,08
DJ – Imposto de Renda 2019	4.376.659,35	4.376.659,35
DJ – Imposto de Renda 2020	3.098.185,91	3.098.185,91
DJ – Imposto de Renda 2022	1.324.719,79	-
Total	26.101.829,23	24.777.109,44

8. Imobilizado e Intangível

Os bens adquiridos pela Companhia, estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.

IMOBILIZADO	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Móveis e utensílios	184.135,55	19.740,00	16.752,00	33.776,32	153.347,23
Máquinas	1.632,84	0,00	0,00	1.038,75	594,09
Equipamentos	1.111.501,16	156.507,24	0,00	94.325,09	1.173.683,31
Computadores e periféricos	912.092,07	248.061,34	243.331,84	352.364,99	564.456,58
Impressoras	136.964,36	1.759,88	70,00	27.772,29	110.881,95
(-) Perda valor não recuperável	(387.923,89)	387.923,89	0,00	0,00	0,00
Total	1.958.402,09	813.992,35	260.153,84	509.277,44	2.002.963,16

INTANGÍVEL	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo no final do exercício
Software	2.123,33	0,00	0,00	1.959,99	163,34
Imóveis	71.664.023,06	0,00	0,00	3.314.359,36	68.349.663,70
Obras em andamento	2.162.380,99	2.566.779,10	1.270.456,51	0,00	3.458.703,58
Projetos	3.036.214,11	0,00	0,00	0,00	3.036.214,11
Total	76.864.741,49	2.566.779,10	1.270.456,51	3.316.319,35	74.844.744,73

TOTAL IMOB. E INTAG.	78.823.143,58	3.380.771,45	1.530.610,35	3.825.596,79	76.847.707,89
-----------------------------	----------------------	---------------------	---------------------	---------------------	----------------------

No intangível, na conta de Imóveis e Obras em Andamento, estão registrados valores de obras viárias, tais como acessos, passarelas e duplicações em estradas estaduais, executadas pela Companhia, amortizados a taxa de 4% ao ano nas condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 04, que trata especificamente sobre este item patrimonial. Abaixo as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia:

	Taxa de depreciação/amortização
Móveis e utensílios	10%
Máquinas	10%
Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Impressoras	20%
Software	20%
Imóveis	4%
Obras em andamento	0%

8.1 Imobilizado Recebido do DAER-RS – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem

No início de suas operações no ano de 2012, a Companhia utilizou os bens que já se encontravam na estrutura das praças de pedágio, estes bens não foram incorporados ao patrimônio da EGR, pois eles foram cedidos para o uso, mas até o presente momento não foi elaborado nenhum termo oficializando isto, apesar de solicitação da Procuradoria Geral do Estado através do processo administrativo 18049600018289, mesmo não constando no patrimônio da EGR, a gestão destes bens é realizada por empresa contratada especificamente para este fim.

9. Fornecedores

	31/DEZ/22	31/DEZ/21
Serviço de Arrecadação	4.636.000,00	3.464.000,00
Serviço de Manutenção e Conservação	3.774.000,00	2.052.000,00
Fornecimento de Asfalto	2.895.000,00	2.223.000,00
Outros Fornecedores	2.114.926,90	1.778.704,03
Total	13.419.926,90	9.517.704,03

10. Tributos e Contribuições Federais

	31/DEZ/22	31/DEZ/21
PIS a Recolher	149.021,81	143.136,02
Cofins a Recolher	687.791,98	660.626,82
IR Terceiros	181.794,84	124.056,89
INSS Terceiros	259.583,64	623.565,63
PIS/Cofins/CSLL Terceiros	1.096.652,39	848.195,47
Total	2.374.844,66	2.399.580,83

11. Tributos Municipais

O ISSQN sobre o faturamento devido pela Companhia é mensalmente registrado em conta do passivo circulante, e está sendo recolhido em depósito judicial desde NOV/21 pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária. Pelo princípio da prudência, os valores de 2022, totalizando R\$ 10.504.593,88, foram registrados no passivo que já acumula R\$ 90.203.824,52 referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. No exercício de 2017 ocorreu decisão judicial favorável a Companhia no município de Candelária, o valor correspondente a esta prefeitura foi baixado da contabilidade em uma conta redutora das deduções no mês em que se deu a decisão.

	31/DEZ/22	31/DEZ/21
ISSQN Terceiros	256.745,43	207.150,38
ISSQN Faturamento	90.203.824,52	79.699.230,64
Total	90.460.569,95	79.906.381,02

12. Outras Obrigações a Pagar

Em DEZ/18, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor de R\$ 5.898.589,29. Valor registrado na conta Juros Capital Próprio a Pagar pertencente a conta sintética Outras Contas a Pagar. Os demais valores registrados nas Outras Obrigações a Pagar são provenientes do processo de implantação de ERP pela Companhia que necessita da utilização da conta Outras Contas a Pagar como uma conta transitória para a realização da liquidação dos pagamentos.

	31/DEZ/22	31/DEZ/21
Juros s/Capital Próprio a Pagar	5.898.589,29	5.898.589,29
Outras Contas a Pagar	1.698.551,51	1.253.846,04
Total	7.597.140,80	7.152.435,33

13. Provisão para Contingências

No exercício de 2020 foi constituída uma provisão para eventuais gastos com a entrega de praças de pedágio para a iniciativa privada.

	31/DEZ/22	31/DEZ/21
Provisão para Contingências	-	874.643,69
Provisão para Entrega de Praças	2.600.000,00	2.600.000,00
Total	2.600.000,00	3.474.643,69

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social

O capital social é de R\$ 43.583.815,59 (Quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 31.000.000 (trinta e um milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social previsto no Estatuto da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. – EGR, publicado em 19 de setembro de 2012 através do Decreto nº 49.593, era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000,00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013 e integralizado em 2014.

14.2 Remuneração dos Investidores

No exercício de 2022 não foi aferido lucros, logo, não há remuneração de investidores, muito por causa política da Companhia que é de aplicar nas rodovias sob sua administração todos os recursos que arrecada, situação expressa em sua lei de criação LEI N.º 14.033, de 29 de Junho de 2012 no art.7º : "§ 2º A receita referida no inciso I deste artigo será depositada em conta da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR específica para cada praça de pedágio, devendo ser aplicada integralmente nas obras, serviços e demais investimentos na rodovia onde houve a arrecadação, deduzidos custos operacionais e tributários".

14.3 Reserva de Lucros

A reserva de retenção de lucros de 2022 ficou inalterada pois não se aferiu lucro no período.

	31/DEZ/22	31/DEZ/21
Retenção De Lucro	5.801.010,79	5.801.010,79
JSCP	(5.898.589,29)	(5.898.589,29)
Reserva Legal	3.116.718,02	3.116.718,02
Total	3.019.139,52	3.019.139,52

14.4 Prejuízos Acumulados

A conta Prejuízos Acumulados foi criada neste exercício e absorveu o resultado do período. A principal causa do prejuízo aferido em 2022 foi o maior custo de manutenção das rodovias frente ao valor arrecadado nas praças de pedágio. Este resultado será levado a apreciação pela Assembleia Geral da Companhia que deliberará seu destino.

	31/DEZ/22	31/DEZ/21
Resultado do Exercício	(38.044.505,91)	-
Total	(38.044.505,91)	-

15. Receita Operacional Líquida

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/DEZ/22	31/DEZ/21
Receita de Arrecadação	271.869.140,65	286.850.226,50
(-) Deduções sobre a receita	(54.017.534,51)	(57.826.064,66)
PIS	(1.571.839,52)	(1.627.763,80)
COFINS	(7.254.643,91)	(7.512.756,10)
ISSQN	(10.504.593,88)	(10.745.223,91)
Isentos	(2.623.037,70)	(3.318.743,40)
Multipassagem	(11.524.629,90)	(10.740.775,75)
Isentados	(20.489.700,70)	(23.785.227,90)
Violação	(49.088,90)	(95.573,80)
Receita Operacional Líquida	217.851.606,14	229.024.161,84

16. Custos dos Serviços Prestados

	31/DEZ/22	31/DEZ/21
Custos Operacionais	(229.427.107,90)	(204.778.401,64)
Manutenção e Conservação Rodovias/Outros	(191.588.000,00)	(166.371.000,00)
Arrecadação e Manutenção de Instalações	(37.839.107,90)	(38.407.401,64)

17. Despesas Operacionais

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/DEZ/22	31/DEZ/21
Despesas Operacionais	(29.977.034,76)	(65.902.027,13)
(-) Deduções sobre a receita	(29.977.034,76)	(65.902.027,13)
Despesas Administrativas	(20.750.904,94)	(58.068.259,00)
Despesas com Pessoal	(8.280.313,13)	(7.833.479,13)
Despesas Comerciais	(945.816,69)	(289,00)

Observa-se considerável redução nas despesas administrativas entre 2021 e 2022. Tal fato ocorre porque em 2021 houve a entrega de 2 praças de pedágios para a iniciativa privada. Os investimentos intangíveis realizados nas rodovias que estavam vinculadas àquelas praças foram baixados em contas de despesas administrativas.

18. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresenta a seguinte composição:

	31/DEZ/22	31/DEZ/21
Receitas Financeiras	4.638.042,00	1.218.290,65
Remuneração Financeira SIAC	3.820.499,11	905.014,28
Descontos Obtidos/Variação Monetária Ativa	817.542,89	313.276,37
Despesas Financeiras	(21.672,88)	(802,24)
Encargos e Juros de Mora	(515,57)	(103,10)
Variação Monetária Passiva	(21.157,31)	(699,14)

19. COVID-19

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31/JAN/20, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os seus impactos nas operações e nas demonstrações contábeis.

20. Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Empresa e autorizadas para divulgação em 21 de julho de 2023.

Luiz Fernando Záchia

Diretor – Presidente
CPF nº 220.946.440-49

André Arnt

Diretor Adm. e Financeiro
CPF nº 367.654.810-87

Luis Fernando Pereira Vanacor

Diretor Técnico
CPF nº 476.590.680-91

Leonardo Dangel

Contador CRC/RJ 107.551 T-RS
CPF nº 343.896.898-35

AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA PÚBLICA DE RODOVIAS – EGR

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E ESTATUTÁRIO

CAE Exercício de 2022

Em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, conforme segue e o disposto no Regimento Interno do CAE, a saber:

“Art. 24. A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão possuir em sua estrutura societária Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente.

§ 1º Competirá ao Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas no estatuto da empresa pública ou da sociedade de economia mista: VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;”

O CAE apresenta, a seguir, o seu Relatório Anual relativo a 2022.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E ESTATUTÁRIO - CAE Exercício de 2022

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, é uma empresa pública autorizada pela Lei Estadual nº 14.033, de 29 de junho de 2012 e vinculada à Secretaria Estadual dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

É regida pelo seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593, de 19 de setembro de 2012.

Neste exercício de 2022 a EGR passou a administrar 12 praças de pedágio a partir de setembro de 2021, devido a concessão das praças de Venâncio Aires e Candelária para a iniciativa privada.

Até 02/2023 a empresa estava autorizada pelo governo do estado a administrar 12 praças de pedágio – atualmente (2023), por tempo indeterminado, está autorizada a administrar 10 praças de pedágio aplicando seus recursos em 13 rodovias, abrangendo 44 municípios do estado.

Em fevereiro de 2023 foram entregues para a iniciativa privada os trechos das rodovias RSC-240 e RSC-122 que abrangem as praças de Flores da Cunha e Portão.

A EGR tem por objetivo realizar a manutenção e os investimentos necessários nos trechos sob sua jurisdição.

O contexto em 2022

O ano iniciou com a perspectiva de continuidade das ações operacionais, porém atenta ao calendário previsto para os processos licitatórios de concessão de algumas praças, o que efetivamente ocorreu com a entrega definitiva da concessão das praças de Venâncio Aires e Candelária a partir de setembro/21. O período eleitoral acabou por prejudicar o planejamento de licitar outras praças ao longo do ano.

Considerando estas situações postas, as ações com base em um planejamento continuaram sendo substituídas por ações de manutenção das operações e adequação destas à evolução do cenário para suspensão do calendário de novas concessões.

No âmbito operacional externo, em 2022 a EGR manteve em funcionamento as 12 praças e procedido nas manutenções necessárias das rodovias, através das equipes de fiscalização e monitoramento da situação.

No âmbito interno, chamamos a atenção para a redução do quadro de pessoal por escolha dos próprios funcionários, decorrente do processo de desestatização em curso.

Outra situação danosa à empresa foi a ausência de contadores por vários períodos, o que fez com que a empresa ficasse com parte do trabalho de escrituração e cumprimento das obrigações fiscais da área atrasado, os quais só foram regularizados a partir de junho de 2023. Decorrente desta realidade, a EGR não teve condições de elaborar e entregar relatórios e demonstrativos à Diretoria, ao CAE, aos órgãos públicos de controle e à empresa de auditoria externa que, por sua vez, só concluiu os seus relatórios e parecer sobre o exercício de 2022, em setembro de 2023, motivo pelo qual o CAE teve que aguardar até a conclusão dos trabalhos e parecer da auditoria independente para então finalizar este Relatório Anual.

Das Demonstrações Financeiras

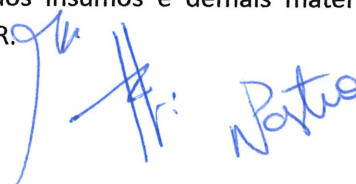
No Ativo Circulante, as Disponibilidades e as Aplicações Financeiras foram conciliadas com os respectivos extratos bancários, e não foram encontradas diferenças. As variações percentuais em 2022 em relação a 2021 são as seguintes: ocorreram grandes oscilações no Ativo Circulante, que apresentou uma redução de 54,26%, enquanto no Ativo Não Circulante, houve uma redução de 7,66%. No Passivo Circulante houve um incremento de 13,46%. Já o Passivo Não Circulante não apresentou variações substanciais. O Patrimônio Líquido apresentou uma redução de 81,63%. Na Demonstração do Resultado, a Receita Operacional Líquida apresentou uma redução de 4,87%. Este conjunto de variações acabou por gerar um prejuízo no exercício de R\$ 38.045. milhões de reais.

Dos trabalhos e ações do CAE

Da análise das documentações, o CAE ratifica, novamente, a sugestão de especial atenção às ações administrativas e judiciais de cobrança de tributos, ações estas em valores consideráveis e que merecem o competente provisionamento no limite mínimo de possibilidade de passar a ser devido, se for o caso, bem como especial atenção também nas demais pendências judiciais em curso, de valores significativos, os quais sugerem a necessidade de uma centralização de acompanhamento dos processos, a fim de melhor subsidiar a Diretoria e o Conselho de Administração quanto aos seus desdobramentos e repercussões patrimoniais.

Ratificamos, novamente, a importância de especial atenção da Diretoria e do Conselho de Administração da EGR para os efeitos negativos futuros ao equilíbrio econômico e financeiro da empresa advindos da conjunção de 04 fatores, a saber:

1 - a não majoração dos preços dos pedágios proposta pela Diretoria e não autorizada pelo Governo do Estado por conta dos efeitos negativos da Pandemia, majoração esta necessária para absorver os contínuos aumentos de preço dos insumos e demais materiais necessários à manutenção das rodovias sob jurisdição da EGR.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Nayto', is written over the end of the first list item.

2 - a transferência definitiva das praças de Venâncio Aires e Candelária ocorrida em setembro de 2021, cuja a importância da receita da primeira é muito superior ao déficit da segunda praça e porque as duas absorviam proporcionalmente os custos da Administração da EGR, a qual deve servir de paradigma para repercussões futuras, como a entrega das praças de Flores da Cunha e Portão ocorrida em fevereiro de 2023.

3 – o impacto negativo nos resultados patrimoniais da EGR, oriundo da concessão das praças de Venâncio Aires e Candelária, o qual vai requerer ações de gestão na busca do equilíbrio econômico e financeiro da EGR, preparando a empresa para a absorção de novos impactos pela realização de novas transferências de concessões à iniciativa privada como a as praças de Flores da Cunha e Portão ocorrida em fevereiro de 2023, cujo impacto negativo será sentido ao longo de 2023.


4 – o foco no equacionamento de pendências judiciais tributárias potenciais e em curso, em função dos montantes consideráveis vinculados.

Em que pese a existência do Plano de Concessões do Estado do Rio Grande do Sul, o qual determina que todas as rodovias que estão sob a administração da EGR deverão ser entregues para a iniciativa privada no formato de concessões até o final do exercício de 2026, o CAE ratifica a orientação de ter a responsabilidade e o compromisso de manutenção e de investimentos nas rodovias sob jurisdição da EGR até que a última seja concedida à iniciativa privada, sendo necessário que a EGR tenha as condições mínimas de operacionalidade.

Mas deve fazê-lo sem abdicar do necessário equilíbrio econômico e financeiro da empresa, equilíbrio este a ser alcançado com ações de gestão e/ou com o aporte de recursos do acionista majoritário, o Governo do Estado.


Não menos importante e diretamente vinculado à operacionalidade mínima de cada praça e à busca do equilíbrio econômico e financeiro da EGR, ratificamos o alerta ao Conselho de Administração e à Diretoria sobre a imperiosa necessidade da existência de um plano de redução gradual dos custos como forma de adequação das despesas às receitas a partir da efetivação de novas transferências de concessões, bem como de manter o acionista majoritário atualizado sobre a situação patrimonial e financeira da EGR, presente e futura.

Porto Alegre, 31 de outubro de 2023.


Margarete Bauer dos Santos
Membro do CAE


Nahiane Pastro da R. Link

Membro do CAE


Rogério Alves Rios
Membro do CAE

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A

Relatório de Auditoria: Controles Internos, Contábil e Tributário
Nº 1-09/23

Demonstrações Financeiras – 31/DEZ/22

Curitiba, 11 de setembro de 2023.

Ao
Diretor Presidente da
Empresa Gaúcha de Rodovias S.A
Porto Alegre - RS

CONFIDENCIAL

Prezado Senhor

Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o relatório de auditoria, sobre a avaliação das áreas: contábil, tributária, controles internos e ambiente de Tecnologia da Informação, com data-base em 31/DEZ/22, da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A.

Não efetuamos nenhum procedimento de auditoria posteriormente à referida data e não foram consideradas em nossos comentários eventuais modificações nos controles internos ocorridas após essa data.

Este relatório destina-se exclusivamente à informação e uso da Diretoria da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A., e não foi preparado para ser utilizado por terceiros. Sua divulgação externa poderia suscitar dúvidas e originar interpretações indevidas por pessoas que desconhecem os objetivos e as limitações das análises desenvolvidas conforme as normas de auditoria.

Atenciosamente,

PAULO SERGIO DA SILVA:6726905297
2

Digitally signed by
PAULO SERGIO DA
SILVA:67269052972
Date: 2023.10.16
16:50:46 -03'00'

Paulo Sergio da Silva
SÓCIO DE AUDITORIA

ÍNDICE

PARTE I - REGISTROS CONTÁBEIS, CONTROLES INTERNOS E TI

1. **Divergência entre o saldo contábil e a conta rendimentos a receber**
2. **Falta de atualização monetária sobre os depósitos judiciais**
3. **Divergência entre o saldo contábil e o relatório Patrimonial**
4. **Conta de obras em andamento sem relatório e/ou planilha de controle**
5. **Divergência entre o saldo contábil e o relatório financeiro de fornecedores**
6. **Conta de Cauções sem relatório e/ou planilha de controle**
7. **Contas sem movimentação a longa data**
8. **Insuficiência de provisão de contingências**
9. **Notas fiscais de despesas lançadas fora da competência**

PARTE II – ÁREA FISCAL

1. **Documento não apresentado**
2. **Considerações quanto aos tributos sobre o lucro**
3. **Inconsistência quanto ao Cálculo do PIS e da COFINS**
4. **Entregas em Atraso de Obrigações Acessórias**
5. **Itens mencionados em trabalhos anteriores**

PARTE I - REGISTROS CONTÁBEIS, CONTROLES INTERNOS

Realizamos a revisão do ambiente de controles da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A., abrangendo as áreas: contábil, patrimônio e informática. Nossa revisão foi realizada na extensão necessária para emitirmos a opinião de auditoria e compreendeu o entendimento do ambiente de controles, análise da implementação destes controles e procedimentos de avaliação do regimento interno, normas e procedimentos, segurança das informações dos sistemas internos e externos utilizados pela Companhia.

Embora nossa conclusão tenha sido de que a Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. mantém bons controles internos relacionados às áreas citadas, apresentamos as seguintes oportunidades de melhoria.

1. Divergência entre o saldo contábil e a conta rendimentos a receber

Existe divergência entre o saldo contábil e a conta rendimentos a receber no valor de R\$ 139,60, conforme demonstrado abaixo:

Conta Contábil	Descrição	Saldo Contábil	Controle auxiliar	Divergência
1.10.10.30.0021	Rendimentos a receber	150.813,01	150.952,61	139,60

Recomendamos realizar a conciliação destas divergências, identificando os motivos das pendências e providenciar a regularização dos saldos contábeis.

2. Falta de atualização monetária sobre os depósitos judiciais

Existem créditos que não são atualizados monetariamente, conforme segue abaixo:

Conta Contábil	Descrição	Saldo Contábil – Em Reais
1.10.20.30.0001	Depósitos Judiciais	20.751
1.20.10.30.0001	Depósitos Judiciais	124.193

Recomendamos atualizar os valores utilizando taxas adequadas e implantar controles visando assegurar que o procedimento seja aplicado para todas as transações pertinentes.

3. Divergência entre o saldo contábil e o relatório Patrimonial

Existe divergência entre o saldo contábil e o relatório patrimonial, conforme demonstrado abaixo:

Conta Contábil	Descrição	Saldo Contábil	Relatório Patrimonial	Divergência
1.20.30.20.0002	(-) Imóveis	14.509.320	11.037.049	(3.472.271)

A Companhia não possui um relatório de controle patrimonial das contas de intangível, descritas abaixo:

Conta Contábil	Descrição	Saldo Contábil	Relatório Patrimonial	Divergência
1.20.30.10.0001	SOFTWARE	788.781	-	788.781
1.20.30.40.0001	PROJETOS	3.036.214	-	3.036.214
1.20.30.20.0001	(-) SOFTWARE	(788.618)	-	(788.618)

Recomendamos proceder à conciliação e aos ajustes, caso necessário, e verificar a passibilidade de elaborar um controle patrimonial ou composição de saldo das contas do intangível.

4. Conta de obras em andamento sem relatório e/ou planilha de controle

Empresa não possui relatório e/ou controle auxiliar da conta de obras em andamento.

Verificamos alguns lançamentos no razão da conta, conforme demonstrado abaixo e questionamos o responsável pela contabilidade.

Data	Descrição	Valor
24/02/2022	AJUSTE DE LANÇAMENTO EQUIVOCADO	178.522,32
25/02/2022	AJUSTE DE LANÇAMENTO EQUIVOCADO	292.514,72
30/04/2022	AJUSTE DE VALORES LANÇADOS EQUIVOCADA	799.419,47

Recomendamos que seja elaborado controle auxiliar da conta de obras em andamento e os ajustes, caso necessário, sejam realizados.

5. Divergência entre o saldo contábil e o relatório financeiro de fornecedores

Identificamos uma divergência entre o saldo contábil e o relatório financeiro de fornecedores.

Conta Contábil	Descrição	Saldo Contábil	Rel. Financeiro	Diferença
2.10.20.10.0001	FORNECEDORES	13.419.926,90	13.544.122,78	(124.195,88)

Após a análise dos títulos vencidos e a vencer, verificamos também que a Companhia possui títulos vencidos a mais de 180 dias, entretanto, o Responsável no informou que a Companhia não possui títulos vencidos.

Descrição	Valores em Aberto
Vencido há mais de 360 dias	729.492
Vencido entre 180 e 360 dias	14.995
Vencido entre 150 e 179 dias	22.609
Vencido entre 120 e 149 dias	1.021
Vencido entre 90 e 119 dias	2.541
Vencido entre 60 e 89 dias	32
Vencido entre 30 e 60 dias	414
Vencido até 30 dias	371
Total de títulos Vencidos	771.475

Recomendamos proceder à conciliação e aos ajustes necessários da diferença identificada. Ainda, considerado que não há títulos vencidos, recomendamos que os valores sejam conciliados e ajustados (baixados), se for o caso.

6. Conta de Cauções sem relatório e/ou planilha de controle

A Companhia não possui controle auxiliar da conta.

Conta Contábil	Descrição	Saldo Contábil
2.10.80.10.0001	CAUÇÕES	197.949

Recomendamos que seja elaborado controle auxiliar.

7. Contas sem movimentação a longa data

Existem contas sem movimentação a longa data onde não é possível recuperar a origem dos lançamentos, conforme segue abaixo:

Conta Contábil	Descrição	Saldo Contábil
2.10.90.10.0002	ESTADO RIO GRANDE DO SUL	579.894
2.10.90.10.0004	SEMA-SECRETARIA DO MEIO AM	578.194
Total		1.158.088

Conta sem movimentação desde 2020, não possui composição de saldo.

Conta Contábil	Descrição	Saldo Contábil
2.20.10.09.0002	PROVISÃO PARA ENTREGA DE PRAÇAS	2.600.000

Recomendamos proceder à conciliação e aos ajustes, caso necessário.

8. Insuficiência de provisão de contingências

Existe insuficiência de provisão de contingência entre o saldo contábil e a carta de circularização dos advogados conforme demonstrado abaixo:

Conta Contábil	Descrição	Saldo Contábil	Resposta Circularização	Divergência
2.20.10.09.0001	Provisão para contingência	-	3.844.874	3.844.874

Recomendamos proceder a contabilização da provisão de contingência.

9. Notas fiscais de despesas lançadas fora da competência

Identificamos as seguintes notas fiscais lançadas fora da competência.

Conta	Data	Histórico	Valor
3.10.1.2.01.4.0013	12/09/2022	VLR REF. NF: 20223143 - FORN: 000048 - T.E.M.	300.714
3.10.1.2.01.4.0022	31/01/2022	VLR REF. NF: 126920 - FORN: 000027 - PROCERGS - 2024	107.901
3.10.1.2.01.4.0022	31/05/2022	VLR REF. NF: 130515 - FORN: 000027 - PROCERGS - 2024	107.949
3.10.1.2.01.4.0026	13/04/2022	VLR REF. NF: 62928 - FORN: 000017 - CIGAM SOFTWARE	155.818

Recomendamos que as notas fiscais sejam lançadas dentro da competência, conforme data de emissão.

PARTE II – ÁREA FISCAL

Revisamos os procedimentos fiscais e tributários compreendendo o exame e a avaliação anual, de acordo com a legislação vigente, dos procedimentos adotados mensalmente para retenção de tributos, registros, controles, recolhimentos, recuperação e contabilização, inclusive revisão do cálculo do IRPJ/CSSL tributados pelo Lucro Real.

Embora nossa conclusão tenha sido de que a Empresa mantém bons controles internos de apuração dos tributos, com a aplicação da legislação vigente, apresentamos as seguintes oportunidades de melhorias.

1 Documento não apresentado

Durante a realização de nossos trabalhos, solicitamos o controle interno de algumas contas de tributos retidos, competência 31/DEZ/22, contudo, fomos informados que não possuem essas composições.

Segue abaixo as contas contábeis para as quais é necessário elaborar o controle interno:

Conta	Descrição	Em Reais
21030200001	ISSQN Retido	(256.745,43)
21030200002	IR Retido	(181.794,84)
21030200003	INSS Retido	(259.583,64)
21030200004	PIS/COFINS/CSLL Retido	(1.096.652,39)

Salientamos quanto a importância de se manter um controle interno que demonstre a composição atualizada dos valores.

2 Considerações quanto aos tributos sobre o lucro.

Ao analisarmos o cálculo dos valores devidos a título de IRPJ e CSLL, constatamos as seguintes inconsistências:

- Não foi adicionada a conta “310120140033 - Provisões para Contingências”, cujo saldo em 31/DEZ/22 era de R\$ R\$ 246.077,52, sendo que, não faz parte do rol das provisões consideradas dedutíveis de acordo com a legislação vigente.
- A conta “310120140024 – Multas”, com saldo em 31/DEZ/22 no montante de R\$ 706.925,72, possui descrição genérica, e ainda, fomos informados de que parte dos valores seriam relativos a multas de trânsito, a qual é considerada indedutível.

Tecnicamente, deve-se evitar a utilização de nomenclaturas genéricas nas contas contábeis, devendo ser adotado título que represente as operações nelas registradas.

- Não foi realizada a exclusão da base de cálculo da reversão da conta “310120120004 - PERDA POR IMPAIRMENT” no montante de R\$ 387.923,89, conforme trata a IN RFB nº 1700/17 (art. 130).

Art. 130. As reversões das perdas por desvalorização de bens que foram objeto de redução ao valor recuperável de ativos não são computadas na apuração do IRPJ e da CSLL.

- Na memória de Cálculo foi realizada a exclusão da base de cálculo referente a Contingências no valor de R\$ 168.499,70, entretanto, não identificamos o valor no registro M300 e M350 da ECF.
- Houve o pagamento em FEV/22, a título de antecipação do IRPJ e da CSLL, competência de JAN/22, a maior do que o valor informado na memória de cálculo, conforme demonstramos abaixo:

Tributos	Em Reais		
	Pagamento	Memória de Calculo	Diferença
IRPJ	1.324.719,79	1.321.874,98	2.844,81
CSLL	477.619,12	476.594,99	1.024,13

- Não foram realizadas as contabilizações, por ocasião da apuração efetiva, de acordo com o Resultado apresentado ao término do Exercício, ou seja, tendo em vista o Prejuízo apresentado, deveria ter sido estornado as Provisões registradas no Resultado em Contrapartida ao Passivo, e ser mantido o valor das Antecipações realizadas em conta do ativo circulante, de modo a demonstrar o direito do Pedido de Ressarcimento ou Compensação (PER/DCOMP), após a entrega da ECF. Abaixo os registros dos saldos contábeis em 31/DEZ/22:

Conta	Descrição	Em Reais	
		JAN/22	DEZ/22
11020600001	Adiantamento IRPJ	-	-
12010300010	DJ- Imposto de Renda 2022		1.324.719,79
11020600002	Adiantamento CSLL	(477.619,12)	-
22010100008	CSLL a Pagar	-	-
22010100009	Imposto de Renda a Pagar	(1.324.719,79)	(1.324.719,79)
320110110001	CSLL	477.619,12	477.619,12
320110110002	IRPJ	1.324.719,79	1.324.719,79

- As antecipações ocorridas no período não foram informadas nos registros N630 e N670 da ECF, logo, não estão evidenciados os “saldos negativos” a serem ressarcidos e/ou compensados.

3 Inconsistência quanto ao Cálculo do PIS e da COFINS

Em análise ao cálculo das contribuições ao PIS e a Cofins, referente ao mês de DEZ/22, observamos algumas inconsistências, como segue:

- Os valores registrados nas contas “3.10.1.3.01.2.0004 - VARIAÇÃO MONETÁRIA ATIVA” não integraram a base de cálculo das contribuições, tampouco foram informados na EFD Contribuições, segundo informações, a conta registra valores de atualizações oriundas das restituições via PER/DCOMP da Contribuição Social.

Salientamos que as atualizações se enquadram no rol de receitas financeiras, devendo ser tributadas as alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para Cofins, conforme preceitua o art. 1º do Decreto nº 8426/15.

- A conta “3.10.1.4.01.1.0003 - RECUPERAÇÃO DE DESPESA”, a qual, segundo informações, registra em sua maioria valores de restituições de depósitos judiciais, entretanto, não souberam nos informar se consta apenas as atualizações ou há também o principal, desta forma, é importante analisar a essência dos valores registrados, de modo a entender se de fato os registros não contemplam ingresso de receitas/acrécimo patrimonial.

4 Entregas em Atraso de Obrigações Acessórias

Verificamos que foram entregues em atraso algumas competências das seguintes Obrigações Acessórias:

- **DCTF Mensal:**

Competência	Prazo de Entrega	Data da Entrega
JUN/22	19/AGO/22	23/SET/22
JUL/22	22/SET/22	23/SET/22

- **EFD Contribuições:**

Competência	Prazo de Entrega	Data da Entrega
JUN/22	12/AGO/22	02/SET/22
OUT/22	14/DEZ/22	16/DEZ/22
NOV/22	13/JAN/23	26/JAN/23

- **ECD 2022:**

Exercício	Prazo de Entrega	Data da Entrega
Ano 2022	30/JUN/23	26/SET/23

- **DCTF WEB:**

Competência	Prazo de Entrega	Data da Entrega
JUL/22	15/AGO/22	06/OUT/22
AGO/22	15/SET/22	06/OUT/22
SET/22	14/OUT/22	19/OUT/22
OUT/22	14/NOV/22	16/NOV/22
NOV/22	15/DEZ/22	19/DEZ/22

É importante que as obrigações acessórias sejam entregues no prazo estabelecido, a fim de minimizar a possibilidade de questionamentos por parte do Fisco.

5 Itens mencionados em trabalhos anteriores

Constatamos algumas não conformidades já apontadas anteriormente, que permaneceram pendentes de regularização, como segue:

- A Lei nº 10.833/03 (art. 10, inciso XXIII), que instituiu a tributação da Cofins pelo regime não cumulativo, inclusive em relação à tributação do PIS/Pasep, determina que:

Art. 10. Permanecem sujeitas às normas da legislação da Cofins, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º: (...)

XXIII - as receitas decorrentes de prestação de serviços públicos de operadoras de rodovias;

A legislação do PIS e Cofins, vigentes anteriormente à Lei nº 10.833/03, é representada pela Lei nº 9.718/98, na qual está estabelecido que as alíquotas aplicáveis são de 0,65% para o PIS e 3% para a Cofins.

Assim, fica claramente estabelecido na legislação federal que, no caso da EGR, poderá haver a tributação sob dois regimes:

- Receitas decorrentes da prestação de serviços públicos de operadora de rodovia – tributadas nos termos da Lei nº 9.718/98 (0,65% para PIS e 3% para Cofins);
- Receitas financeiras – tributadas sob a modalidade de PIS e Cofins não cumulativos, com alíquotas de 0,65% para PIS e 4,00% para Cofins, conforme determina o Decreto nº 8.426/15.

A Companhia, por outro lado, praticou, no ano-calendário de 2022, a tributação da totalidade das Receitas Operacionais e Financeiras, deduzidas as exclusões legalmente permitidas, apenas sob o regime da Lei nº 9.718/98, como se todas as receitas fossem “decorrentes de prestação de serviços públicos de operadoras de rodovias”.

Embora os valores não sejam relevantes, recomendamos realizar o recálculo das contribuições considerando as receitas financeiras pelo regime não cumulativo, bem como proceder à retificação das DCTF's e EFD-Contribuições do período, visando atender à legislação vigente.

34 condições climáticas desfavoráveis para a execução e que em 2024 já começará o ano
35 com 7 obras de intersecção. **3)** A próxima reunião ficou agendada para dia 24 de janeiro de
36 2023, quarta-feira, às 12 horas. **ENCERRAMENTO:** não mais havendo assuntos a serem
37 tratados, foi dada por encerrada a reunião e dela lavrada a Ata que, após lida e
38 considerada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes.

39
40
41
42
43
44
45
46

João Ângelo Miron Neto
Conselheiro Presidente

Rodrigo Schnitzer
Conselheiro

Thiago Lorenzom
Conselheiro

47

1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA**
2 **GAÚCHA DE RODOVIAS S/A – EGR**

3
4 **ATA 136**
5

6 **LOCAL, DATA E HORA:** A reunião foi conduzida na sede administrativa da EGR, no
7 dia **19/12/2023 (quinta-feira), às 14hs**. A sede da EGR situa-se na Av. Borges de
8 Medeiros, n.º 1.555, 11º andar, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, nesta capital.

9 **COMPOSIÇÃO DA MESA:** o Conselho de Administração da Empresa Gaúcha de
10 Rodovias S/A – EGR, reuniu-se de forma presencial, sob a presidência do Sr. João
11 Stefanés Machado. Presentes os Conselheiros do Conselho de Administração: Luís
12 Fernando Pereira Vanacôr, Gerson Luís de Borba, Marcelo Leites Bertolini e Rafael da
13 Cunha Ramos. De forma virtual, os conselheiros André Milanezi de Jesus Cezar
14 Augusto Gehm. A Sra. Sandra Batista Grevinél secretariou a reunião. **I –**

15 **CONVOCAÇÃO:** os Conselheiros foram convocados através de correspondência
16 eletrônica, na forma do Artigo 11º do Regimento Interno. **II – EXPEDIENTE:** constatada
17 a existência de quórum legal, o Sr. João Stefanés Machado, presidente do Conselho
18 de Administração, saudou a todos os presentes e declarou instalada a reunião,
19 apresentando a pauta do dia. **III – ORDEM DO DIA:** tomar conhecimento, examinar,
20 discutir e deliberar acerca das matérias que compõem a convocação. **Item 1 -**

21 **Apreciação da Ata nº 135 – Reunião Ordinária realizada em 23/11/2023, às 14h:** Os
22 conselheiros aprovaram por unanimidade a redação da ATA. **Item 2 – Assinatura**
23 **Manifestação Demonstrações, após conhecimento da deliberação do Conselho**

24 **Fiscal:** Os conselheiros tomaram conhecimento da aprovação do Relatório da
25 Auditoria pelo Conselho Fiscal, e por unanimidade também aprovaram o relatório. **Item**

26 **3 – Apresentação e aprovação da Carta Anual Referente ao Exercício de 2023:** O
27 Sr. João Stefanés Machado sugeriu algumas alterações acerca da redação da carta, e
28 por unanimidade, os conselheiros aprovaram a Carta Anual Referente ao Exercício de
29 2023. **Item 4 - Apresentação do andamento do Reajuste Salarial dos funcionários,**

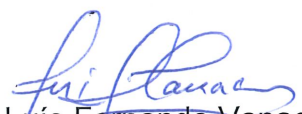
30 **referente as promoções, visto a necessidade requerida pela Justiça do Trabalho:**
31 O Sr. Luís Fernando Pereira Vanacôr informou que o processo foi aberto e solicitado
32 aprovação do Grupo de Assessoramento Especial - GAE, se lhe couber, e se encontra
33 em análise na Secretaria de Logística e Transportes - SELT. **Item 5 – Alteração do**

34 **texto Resolução 070/2023-EGR:** O Sr. Luís Fernando Vanacôr procedeu com a leitura
35 das alterações realizadas da redação da resolução 070/2023-EGR, sendo aprovado,
36 por unanimidade, as alterações apresentadas. **Item 6 - Assuntos Gerais: 1) Reajuste**

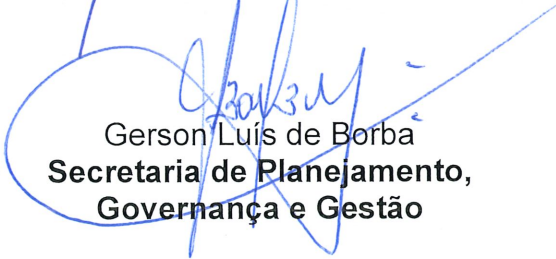
37 **de tarifas:** O Sr. Luís Fernando Vanacôr informou como foi o estudo e decisão do
38 reajuste de tarifa que ocorreu em 2021 e que um novo estudo está sendo feito para um
39 novo reajuste. Na próxima reunião será apresentado o cenário que está sendo
40 estudado. **2)** A próxima reunião ficou agendada para dia 25 de janeiro de 2024, quinta-
41 feira, às 14 horas. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi dada por
42 encerrada a reunião e dela lavrada a Ata que, após lida e considerada conforme, foi
43 assinada por todos os Conselheiros presentes.



João Stefanos Machado- Presidente
**Secretaria de Logística e
Transportes**



Luís Fernando Vanacôr
Diretor-Presidente da EGR



Gerson Luís de Borba
**Secretaria de Planejamento,
Governança e Gestão**



Rafael da Cunha Ramos
Secretaria Geral de Governo



Marcelo Leites Bertolini
Casa Civil



Cezar Augusto Gehm
Secretaria da Fazenda Pública



André Milanezi de Jesus
**Secretaria de Desenvolvimento
Econômico**